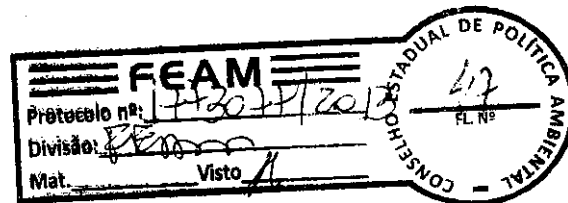




Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente



Processo nº 00055/1988/001/2005

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte médio.

Interessado: SALLES & KADOURA.

PARECER JURÍDICO

Relatório:

A sociedade empresária em referência foi penalizada com multa de R\$20.001,00 pelo COPAM por *"operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, SM a Licença de Operação emitida pela Câmara de Atividades Industriais do COPAM, sendo constatada poluição ou degradação ambiental pelo lançamento de efluentes líquidos industriais e sanitários, sem tratamento prévio na rede pública"*.

Inconformada a sociedade interpôs tempestivamente seu Pedido de Reconsideração, que manteve a penalidade aplicada alterando seu valor na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Dentro do prazo legal apresentou seu recurso, onde em síntese alega:

- ao receber o auto de infração a recorrente já se encontra em situação pré-falimentar e ante a impossibilidade de investimentos para atendimento ao necessário licenciamento paralisou de imediato a sua produção no final de 2005, encerrando suas atividades;
- diante do encerramento de suas atividades inexistente regularização ambiental, pois não existe risco ao meio ambiente;
- diante da suspensão de suas atividades deve a multa ser reduzida em 50%;
- requer o provimento do recurso e julgado inexigível a multa.

Do ponto de vista jurídico a recorrente não apresentou nenhum dado ou fato capaz de alterar as decisões anteriores de penalização ao recorrente, apresentando o mesmo recurso já analisado e julgado pela Unidade Regional do COPAM, quando da apresentação do Pedido de Reconsideração.

O único argumento apresentado pelo recorrente parece frágil diante da legislação ambiental em vigor. Alega o encerramento de suas atividades o que não é capaz de descaracterizar a infração cometida. Em relação a alegação de redução do valor

aplicada não encontra respaldo na legislação ambiental, inclusive, deve ser realizada uma fiscalização para investigar seu passivo ambiental.

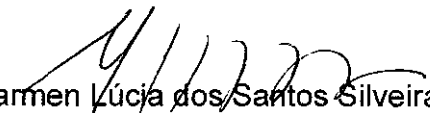
Quanto às demais alegações apresentadas no recurso, nenhuma delas apresenta quaisquer argumentos que pudessem descaracterizar o cometimento da infração, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração, dentro da mais ilibada legalidade.

Conclusão

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja julgado improcedente com a conseqüente manutenção da penalidade de multa simples de R\$ 20.001,00, atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2013.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9